



**ACÓRDÃO Nº 618/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1992/2009.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS.
- 4- **Exercício:** 2008.
- 5- **Responsável:** Sra. Nadia Cristina D'ávila Ferreira, Sr. Virgílio Mauricio Viana (Gestores) e Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva – Ordenadora de Despesa.
- 6- **Advogado:** Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, Sra. Amanda Gouvea Moura e Sra. Márcia C. Milleo Laredo.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7055/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.1557/1561).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SDS. Exercício de 2008.

*Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, exercício de 2008**, de responsabilidade do **Sr. Virgílio Maurício Viana**, Secretário de Estado no período de 1/1/2008 a 29/2/2008, da **Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira**, Secretária de Estado no período de 29/2/2008 a 31/12/2008, e da **Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva**, Secretária Executiva, no período de 28 e 29/2/2008 e de 05/06/2008 a 31/12/2008, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**10.2. Recomendar** ao **Sr. Virgílio Maurício Viana**, a **Sra. Nádia Cristina**



**ACÓRDÃO Nº 618/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**D'Avila Ferreira, a Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva** e à atual gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente que:

- a) Observem com mais rigor as disposições constantes na Resolução n. 02/2007, com vista a informar no Sistema ACP todos os atos necessários relativos às dispensas de licitações e procedimentos licitatórios;
- b) Observem com maior rigor a Resolução n.º 13/2015 – TCE/AM, que versa acerca do Sistema E-contas, atentando para o correto registro das informações que devem obrigatoriamente compor o processo de prestação de contas, sobretudo no que diz respeito aos processos licitatórios;
- c) Cumpram as disposições do art. 23, §§ 1º e 2º c/c arts. 2º, 24, 26 e 60, da Lei n.º 8.666/1993, acerca da utilização da correta modalidade de licitação, afastando qualquer possibilidade de compra fragmentada;
- d) Não efetue prorrogação dos contratos com instituições especializadas em recrutamento de estagiários, resguardando-se, todavia, até o termo final, os contratos que, porventura, ainda estejam vigentes e, ainda, observem as disposições da Lei n.º 8.666/1993, especialmente em relação à prévia realização do procedimento licitatório cabível em futuros ajustes de igual natureza;
- e) Na execução dos contratos, observem as normas de regência consignadas na Lei Federal n.º 8.666/1993;
- f) Observem as determinações previstas na Lei n.º 8.666/1993, a fim de evitar as fragmentações de despesas de produtos de mesma natureza;
- g) Observe com maior rigor a necessidade de ações efetivas para guarda e conservação dos veículos do Órgão;
- h) Observem o disposto no art. 94, da Lei Federal n.º 4.320/1964, o qual determina que seja feito registro de todos os bens móveis e imóveis submetidos à guarda e responsabilidade dos gestores da Administração Pública, com indicação dos elementos necessários para a sua perfeita caracterização, a fim de que se possam proporcionar o conhecimento da formação patrimonial e o controle de sua conservação.

**10.3. Dar ciência** do presente Acórdão a todos os responsáveis identificados



**ACÓRDÃO Nº 618/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nos autos, qual seja, **Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva, Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira e Sr. Virgílio Maurício Viana.**

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral